

O FUNDAMENTO PAULINO PARA A REFORMA PROTESTANTE DE LUTERO

*Prof. Dr. Jan Gerard Joseph ter Reegen**
*Prof. Esp. Joaquim Fernando Pontes III***

Resumo

Detém-se sobre o comentário feito por Martinho Lutero à *Carta de São Paulo aos Romanos* (1515) que se tornou o fundamento bíblico para a doutrina da justificação somente pela fé (*Sola Fide*). O texto tem como objetivo demonstrar seus antecedentes históricos como a Igreja da época e a divisão política da Alemanha, pois a reforma pretendida por Lutero teve como escopo teológico fundamental esta reflexão exegética sobre o tema paulino da justificação, mas os acontecimentos anteriores demonstram que este não foi o único motivo.

Palavras-chave

Lutero. Comentário aos *Romanos*. Reforma Protestante.

Abstract

The following article focuses on the commentary made for Martin Luther to the letter of Saint Paul to the Romans (1515) which became the biblical foundation for the doctrine of justification only by faith (*Sola Fide*). The text has as objective to present yours historical background as the Church of the epoch and the political division of Germany, because the Luther intended reformation had as the fundamental theological scope this exegetical reflection on the Pauline theme of justification, but previous events have shown that this was not the only reason.

Keywords

Luther. Commentary on Romans. Protestant Reform.

1 Introdução

No começo do século XVI, os Estados alemães não formavam unidade nacional, pois eram independentes entre si, fato que os torna distintos em relação ao restante da Europa. Isso parece ainda mais surpreendente porque é uma região de grandes riquezas por seu comércio e poderosa em sua política. Em todo caso, estes Estados pregavam a lealdade ao imperador e ao Papa.

No imaginário comum dessa época, Deus havia confiado ao Imperador do Sacro Império a autoridade temporal e ao Papa da Igreja Romana a realidade espiritual. A esse privilégio a Igreja evidenciou uma imagem de Deus com suporte no seu julgamento implacável. Sobre este fato, acrescenta-se a apropriação de que o Cristianismo fez de resquícios do paganismo greco-romano, apresentando um mundo infestado por demônios e espíritos malignos e atormentadores. Não é difícil admitir que este período ficou marcado por grandes superstições e pelo medo da imagem do fogo e dos tormentos do inferno. Até mesmo a imagem feita sobre Jesus Cristo, que salvou o homem de sua culpa por seu sacrifício vicário, era apresentada como um vingador inflexível, restando ao homem temer por seus pecados e partir para a instância divina na terra.

A Igreja, além de propagadora deste imaginário, fornecia ao homem a devida proteção. Em troca da absolvição da condenação eterna, entretanto, ela exigia do povo obediência absoluta e total. Além disso, à salvação, para ser adquirida, não bastavam a conversão e o arrependimento pessoal das faltas cometidas contra a lei divina. Isso porque o pecado, uma vez cometido, enseja uma culpa que não é eliminada apenas com o sacramento da Confissão. A culpa, quando não expiada na vida terrena, agrega-se ao homem até a outra vida espiritual, sendo definitivamente anulada pelos anos de pena no purgatório. A Igreja também tinha, no entanto, a solução para isso. Basta ao homem que lucre em sua existência temporal as indulgências provenientes do tesouro da Igreja, obras imprescindíveis para salvação espiritual.

Neste contexto, as repostas para a divergência política e para a religião cristã germânica partiram de Martinho Lutero. O Monge agostiniano, que foi excomungado pela Igreja da época, denotava uma forte tendência ao subjetivismo, fato que o levou a interpretar as Sagradas Escrituras por uma só via pessoal, tornando-se pouco disposto a aceitar as diretrizes de quem se mostrasse a seu ver fora de propósito como mediador entre Deus e o homem¹. A concepção tradicional de uma salvação entre fé e obras foi extrapolada apenas para a primeira forma de justificação. Essa constatação resultou de uma análise exegética feita da *Carta de São Paulo aos Romanos*, um exagero unilateral que conferiu a Lutero o título de *Doctor hyperbolicus*.

A pesquisa que segue intenciona apontar o percurso histórico seguido por Lutero para obter argumentos a fim de provar a justificação

¹ Cf. MARTINA, G. **História da igreja de Lutero a nossos dias**. 1v. São Paulo/SP: Loyola, 1995. p. 123.

do homem apenas pela fé; uma mudança significativa não apenas para o Cristianismo, mas também contribuiu para formação da consciência alemã, mediante o momento histórico vivido por este mundo dividido por cerca de 300 estados.

2 Antecedentes históricos que influenciaram Lutero

A morte, mediante a salvação e o escrúpulo moral, marcou o homem da época de Lutero. Ainda que ele se considerasse um monge piedoso na celebração das missas e nas práticas de jejum e penitência, o medo de Lutero de não poder se livrar do pecado e de ser contado entre o número daqueles que estavam condenados à perdição eterna não o abandonava. Sua preocupação acentuava-se mediante a vontade arbitrária de Deus e, ao mesmo tempo, com uma exagerada importância dada à vontade humana. T tamanha insegurança tinha sua origem na pregação da Igreja da época sobre a inacessibilidade dos homens às graças divinas. Ora, este intercâmbio sobrenatural se dava por meio das indulgências.

O termo **indulgência** passou a ter correspondência na Igreja para identificar os meios disponibilizados para a remissão, diante de Deus, da pena temporal causada pela culpa proveniente do pecado cometido. Tal indulgência pode ser adquirida pelos fiéis para si mesmos ou para ser aplicada aos defuntos. Nessa época, porém, as indulgências suplantavam o plano espiritual e eram comercializadas, tendo como justificativa a bula *Unigenitus Dei Filius*, de 1343, do Papa Clemente VI. Nesta carta papal, menciona-se o *Tesouro da Igreja* e o meio de como este se torna disponível aos homens:

De tão grande tesouro, por conseguinte, Ele (Deus) enriqueceu a Igreja militante, para que a misericórdia de tamanha efusão não fosse inútil, vã ou supérflua, querendo ‘como’ bom Pai acumular tesouros para os seus filhos, para que assim houvesse “um tesouro inexaurível para os homens, cujos usuários se tornam partícipes da amizade de Deus” (Sb 7,14). E este tesouro, pois, [...] ele o entregou para ser distribuído em vista da salvação aos fiéis, por meio do bem-aventurado Pedro, [...], e de seus sucessores, seus vigários na terra; e para, por razões piedosas e razoáveis, ser ministrado misericordiosamente aos verdadeiramente penitentes e confessados, para total ou parcial remissão da pena temporal devida pelos pecados, quer de modo geral, quer de modo especial (segundo o que, diante de Deus, ‘os ministros’ julgarem conveniente)².

² CLEMENTE VI. *Unigenitus Dei Filius* In DENZINGER, H. **Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral**. 2 ed. São Paulo/SP: Paulinas; Loyola, 2013. p. 327-328.

As palavras da Igreja da época esclareciam aos fiéis que a administração dos tesouros divinos estava confiada aos homens sucessores do apóstolo Pedro, uma vez que a este foi confiado por primeiro pelo próprio Filho de Deus, Jesus Cristo. Em outras palavras, o que a Igreja entendia por indulgência era a remissão total ou parcial das penas que cada um devia sofrer, na terra ou no purgatório, mesmo depois de ter obtido no sacramento da penitência a absolvição dos seus pecados e a remissão do castigo eterno³. Ora, esta prática não é originária nesta época, pois, no século XI, as indulgências eram concedidas pela Igreja de forma plenária àqueles que se alistavam nas Cruzadas.

A experiência de lucratividade com o comércio de indulgências não se deu unicamente na Alemanha. A Igreja da França havia se reerguido materialmente da Guerra dos Cem Anos graças à venda de indulgências⁴. Observa-se um desvio quanto à questão doutrinária, pois muitos pregadores ensinavam que a indulgência possuía uma virtude sobrenatural e a doação da esmola passa a quantificar um valor semelhante a uma hipoteca no céu. Neste caso, prescreve-se uma recorrente prática de simonia⁵, que está presente em distintas épocas históricas e vivenciada de maneiras diversas.

Dentre as indulgências mais recorrentes da época, pregava-se na Alemanha aquela que seria concedida pelos papas⁶ para os cristãos generosos que contribuíssem diretamente com esmolas para a edificação da nova basílica de São Pedro, em Roma. No caso da Alemanha, ainda havia outra peculiaridade. O arcebispo de Magdeburgo, Alberto de Brandemburgo, foi nomeado para exercer seu bispado em uma terceira província, Mogúncia do Reno. Esta região, além de ser conhecida por suas riquezas, ainda lhe concedia o direito de participar das eleições imperiais, sendo contado entre os Príncipes Eleitores. Para acrescentar, no entanto, essa diocese a seu governo, deveria pagar à Câmara apostólica uma grande quantia, que não possuía. Na intenção de não perder essa lucrativa oportunidade, o Arcebispo optou por fazer um empréstimo junto à família Fugger, de renomeados bancários europeus. Para que esta dívida fosse quitada, a Igreja de Roma concedeu ao Arcebispo o direito de pregação sobre as relíquias, a fim de que este pudesse amortizar a dívida com a metade dos

³ Cf. ROPS, D. **A Igreja da Renascença e da Reforma**. 1v. São Paulo/SP: Quadrante, 1960. p. 266.

⁴ *Idem*.

⁵ A simonia é comércio feito mediante a compra ou venda ilícita de bens espirituais, como é o caso de indulgências, relíquias e sacramentos, ou bens temporais eclesiais, como cargos, benefícios ou honrarias eclesiais.

⁶ Júlio II (1506) e Leão X (1514).

lucros obtidos deste comércio, mantendo o acordo de que a outra metade seria enviada para a Cúria Romana para a construção da Basílica papal.

A Igreja confiara a prática da pregação das indulgências e o julgamento inquisitório aos dominicanos, fato que provocou um sutil rivalismo com os agostinianos. A pregação iniciou em 1517, confiada a Johannes Tetzel, frade dominicano, que, a fim de obter lucros, passou dos limites. Ora, ele ensinava que a indulgência serviria para remir as penas acumuladas no purgatório e não somente a culpa, ou seja, o fiel necessita, além do sacramento da Confissão e da penitência pelos pecados, lucrar indulgências para si mesmo. Assim a pregação do Dominicano tinha a intenção de persuadir os fiéis de que a salvação se operava mediante a aquisição destas obras. Por esse motivo, atribui-se a ele a expressão que sintetizou este período histórico: *Sol bald das Geld im Kasten klingt Die Seele aus dem Fegfeuer springt*⁷.

Os abusos cometidos no concernente à pregação sobre as indulgências levaram à reação de Lutero. O marco histórico ocorreu na vigília da Festa de Todos os Santos, festividade que atraía para Wittenberg milhares de pessoas piedosas e desejosas de ver sair dos cofres de *Schlosskirche* as preciosas relíquias conseguidas por Frederico, o Sábio, Eleitor da Saxônia⁸. Neste dia, Lutero enviou uma carta para Alberto de Brandemburg e Johann von Staupitioz, ordinário superior da Ordem Agostiniana, fazendo-lhes um pedido para tomarem uma providência sobre os escândalos cometidos com relação às indulgências. Nesta oportunidade, convidou-os à discussão sobre o tema. Junto à carta foram anexadas as 95 teses que precisavam ser revistas pela Igreja da época. Embora questionada⁹, a tradição assinala que as mesmas teses também foram fixadas no portão da Capela do castelo. O fato é que, não obtendo resposta de seus destinatários, Lutero apresenta suas teses para os teólogos de sua época, as quais, rapidamente, se expandiram para toda a Alemanha.

A tese privilegiada de Lutero sobre as indulgências trata-as tão somente como remissão de uma pena canônica imposta pela Igreja e não das penas a serem pagas na eternidade. Ora, as indulgências de forma alguma podem ser aplicadas aos defuntos. Contrário a essa determinação, Lutero apresenta em sua tese de número 82:

⁷ Tão logo a moeda cai na caixa, a alma pula fora do purgatório.

⁸ Cf. ROPS, D. **A Igreja da Renascença e da Reforma**. Oc. p.265.

⁹ LAU, Franz. A afixação das teses de Lutero: Lenda ou fato? In **Estudos Teológicos**, São Leopoldo: 1967.

Haja vista exemplo como este: Por que o papa não livra duma só vez todas as almas do purgatório, movido pela santíssima caridade e considerando a mais premente necessidade das mesmas, havendo santa razão para tanto, quando, em troca de vil dinheiro para a construção da basílica de São Pedro, livra inúmeras delas, logo por motivo bastante infundado?¹⁰

Por conta de sua oposição à doutrina católica vigente, Lutero foi qualificado como heresiarca pelo Papa Leão X, que ordenou ser ele chamado a Roma a fim de prestar esclarecimento sobre suas teses. A viagem não foi realizada por motivos políticos.

Entre as críticas feitas no conteúdo das teses, consideram-se aceitáveis aquelas em que se afirmava a autêntica doutrina católica. Essas teses, entretanto, se desviam da ortodoxia, na medida em que rejeitam o poder pontifício de perdoar as penas e se referem implicitamente a uma teoria da graça segundo a qual os méritos do homem são quase inúteis¹¹.

Deve-se considerar que a condição relevante para a doutrina da justificação unicamente pela fé (*Sola Fide*) foi despertada em Lutero, não para fazer uma contraversão ao lucro produzido pela venda de indulgências, mas foi resultado de uma súbita iluminação do espírito que inscreveu em sua alma o verdadeiro sentido da fé mediante seu estudo da Carta Paulina aos Romanos e, com esteio nela, de toda a Sagrada Escritura. Para Lutero, até então, o Novo Testamento tinha sido “obscurecido de maneira lamentável com os comentários e todos os tipos de charlatanias, embora em si seja uma luz brilhante quase que suficiente para iluminar toda a Escritura¹²”.

3 Antecedentes pessoais que levaram à decisão de Lutero

A Reforma Protestante teve uma intrínseca relação com a Renascença, da mesma época, ambas servindo-se de antecedente para Idade Moderna. Segundo Burns, os princípios fundamentais desses dois movimentos denotam pouca coisa em comum, pois a essência da Renascença é a indiferença pelo sobrenatural enquanto da Reforma estão a extraterrenalidade e o desprezo pelas coisas da carne¹³. Ambas, no entanto, coincidem como sendo resultado da corrente individualista, com origens no nominalismo de

¹⁰ LUTERO, M. *As 95 Teses afixadas por Martinho Lutero na Abadia de Westminster a 31 de outubro de 1517*, fundamentalmente “Contra o Comércio das Indulgências”. **Cultura Brasileira**. Disponível em <<http://www.culturabrasil.org/zip/95teses.pdf>> Acesso em 28 ago 2017.

¹¹ Cf. ROPS, D. *A Igreja da Renascença e da Reforma*. Oc. p.269.

¹² LUTERO, M. **Comentários de Martin Lutero**: Carta del Apóstol Pablo a los Romanos.1v. Terrassa: Clie, 1998. p. 12.

¹³ Cf. BURNS, E. M. **História da Civilização Ocidental**: Do Homem das Cavernas até a Bomba Atômica. 2e. 1v. Porto Alegre/SC: Globo, 1957. p. 554.

Ockham entre outras correntes, que alterou a ordem estabelecida, propondo o caráter de retorno às fontes originárias.

O ideário de Reforma não foi de todo originado por Lutero. A tradição agostiniana conheceu várias reformas nos séculos XV e XVI, principalmente na Espanha e Itália¹⁴. Este mesmo ideal de retorno às fontes orientou a forma de outras instituições de vida consagrada na Igreja, como foi o caso da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, fundada por Frei Matteo da Bascio (1520), e a Ordem dos Carmelitas Descalços, movimento iniciado por Teresa de Ávila e João da Cruz (1593). Neste período, ocorreu a principal reforma na Ordem Agostiniana que instituiu a congregação dos observantes, na qual Lutero viveu sua trajetória monástica por quase duas décadas.

Os conventos da observância agostiniana eram verdadeiros centros de espiritualidade nessa época. Por esse motivo, na Espanha, havia uma sutil oposição entre os reformados e os enclausurados. Na Itália, por outro lado, tinha-se receio de que alguns membros agostinianos progredissem em graus acadêmicos. No caso da Alemanha, havia vários centros de formação agostiniana, entre os quais estava o de Erfurt, e a referência dada a esses monges da observância era de que tinham um profundo zelo teológico¹⁵. O que estava em comum, contudo, entre esses dois grupos, observantes e enclaustrados, era a adesão a *Devotio Moderna*, em que, dentre as suas expressões literárias, estava a obra *Imitação de Cristo*, atribuída a Tomás de Kempis, que objetivou para os fiéis um auxílio em suas práticas devocionais pessoais. Esse fenômeno que se estendeu por todo o norte da Europa tinha dentre as suas prerrogativas a imposição da antiga teologia escolástica. A principal ocupação de um religioso agostiniano era o estudo da Sagrada Escritura, seguido da santidade de vida e da observação dos preceitos da ordem. Esse itinerário o diferenciava de outros religiosos da época, pois, dentre os principais quesitos de formação religiosa desta ordem, estão a instrução humanística e o estudo das línguas latina, grega e hebraica.

Por volta de 1500, Lutero residiu em Magdeburgo por cerca de um ano com os Irmãos da Vida Comum. Neste período, na escola latina mantida pela instituição, ele se encontrou pela primeira vez com as Escrituras por meio de uma Vulgata. Depois, retornou para casa em Eisenach por motivos de enfermidade. No ano seguinte, Lutero foi enviado pelo pai para estudar Direito na Faculdade de Artes em Erfurt. A cidade era governada pelo

¹⁴ Cf. SCHMITT, F. Interpretação Bíblica e Lutero. In **Revista de Teologia e Ciências da Religião**. 3v. n1. 2013. p. 231.

¹⁵ *Idem*. p. 233.

arcebispo da Mogúncia. A formação acadêmica de Lutero seguiu-se a partir do ciclo proposto pelas artes liberais. Estudou primeiro as disciplinas do *Trivium* – Gramática, Lógica e Retórica. Em 1502, Lutero tornou-se bacharel em Artes¹⁶. Depois de ter concluído o *Trivium*, passou a estudar o *Quadrivium* – Aritmética, Música, Geometria e Astronomia. O contato de Lutero com os textos de Guilherme de Ockham, com os temas humanistas e as culturas antigas deu-se durante este mesmo tempo. Em Erfurt, seus professores eram nominalistas e ockhamistas, devendo-se nesta mesma época o aprofundamento de Lutero no estudo de grego e na leitura de clássicos filosóficos.

Em 1506, Lutero professou votos monásticos na Ordem Agostiniana, após um ano de noviciado, aprofundando-se no estudo de temas teológicos, ainda que naquela época não fosse condição obrigatória para a ordenação sacerdotal. Segundo Flávio Schmitt, a teologia deste período reduzia-se à leitura de um determinado número de obras, tais como “As sentenças de Pedro Lombardo, as *Questiones* de Guilherme de Ockham, e, para a interpretação da Escritura, a Glosa Ordinária, atribuída a Walahfrid Strabo. Todas estas são obras influenciadas pela escolástica nominalista¹⁷”.

Desde o ano de 1508, Lutero tinha sido enviado por sua Ordem à Universidade de Wittenberg para auxiliar no ensino de algumas disciplinas curriculares, entre elas a Exegese bíblica, feita através de sucessivos comentários de salmos e várias cartas paulinas. O fato de Lutero ter conhecido Roma no ano de 1510 não influenciou de forma decisiva sua opção de empreender uma reforma¹⁸. No primeiro momento, Lutero seguiu basicamente a proposta da Escolástica Medieval e da tradição agostiniana. Os comentários bíblicos tinham o seu método proveniente da tradição medieval, sendo elaborados com suporte na formulação de quatro sentidos: *Littera gesta docet; quid credas alegoria; moralis quid agas; quo tengas anagogia*. Estes sentidos fundamentavam o estudo bíblico que era feito com base em duas modalidades de leitura, sendo a primeira cursória ou textual, que segue o sentido literal, e a segunda magistral que se utiliza dos demais sentidos. A pregação era elaborada tomando por base o ensino das Escrituras e, de modo complementar a sua interpretação auxiliava para constituir a pregação.

Lutero iniciou, de fato, sua carreira como professor em Wittenberg, a convite de Frederico, príncipe Eleitor da Saxônia. Em 1512, após a vacância

¹⁶ NEVES, J. C. **Lutero**: Palavra e Fé. Lisboa: Presença, 2014. p. 27.

¹⁷ Cf. SCHMITT, F. **Interpretação Bíblica e Lutero**. Oc. p. 234.

¹⁸ Cf. ROPS, D. A Igreja da Renascença e da Reforma. Oc. p.272; MARTINA, G. **História da igreja de Lutero a nossos dias**. Oc. p. 121.

da cátedra de ensino das Sagradas Escrituras, Lutero assumiu o lugar de Staupitz. Na segunda fase, Lutero dedicou-se ao estudo da tradição eclesiástica de sua época, como Santo Agostinho, Duns Scoto e São Tomas de Aquino por meio de sua proximidade com Andreas Karlstadt¹⁹. Na tradição escolástica, também constituíram sua leitura Pedro d'Ailly e João Gerson e, quanto ao problema dos Universais e à questão nominalista, sua influência deu-se, sobretudo, por Guilherme de Ockam e os de sua escola, principalmente Gabriel Biel. Dentre suas fontes místicas, contava, evidentemente, com suas leituras bíblicas e com a mística de São Bernardo de Claraval e com o Mestre Eckhart de Hochheim. Foi neste mesmo período, entretanto, que veio à tona o resultado de seu amadurecimento intelectual na formulação de uma nova doutrina, diferenciada daquela hegemônica da época.

A Escolástica Medieval há tempos havia deixado de alargar o conhecimento teológico, reduzindo-se apenas à retórica de seus debatedores. A proposta luterana passou a chamar atenção por sua originalidade. Com efeito, não é difícil admitir que a trajetória monástica e acadêmica de Lutero influenciou em sua pretensão de reforma.

4 Comentário a *Carta de São Paulo aos Romanos*

Em 1517, repentina iluminação causou a Lutero um progresso na sua experiência de fé, semelhante ao fato ocorrido com São Paulo, apóstolo, a caminho de Damasco. O fato sucedeu em seu quarto, situado em um setor do convento em forma de torre, daí o nome dado ao episódio, *Turmerlebnis*, experiência da torre²⁰. Lutero meditava sobre um trecho da carta do mesmo apóstolo à Comunidade de Roma “Porque nele (no Evangelho) a justiça de Deus se revela da fé e para a fé, como está escrito: *O justo viverá pela fé!*”²¹.

O Comentário de Lutero à *Carta aos Romanos* está dividido na mesma quantidade de capítulos que corresponde à Epístola paulina. O autor faz uma análise que não se restringe à exegese bíblica, pois parte de interpretação pessoal mediante a realidade de sua época, perfazendo um

¹⁹ Andreas Rudolff-Bodenstein von Karlstadt (1486-1541) foi teólogo e reformador alemão. Karlstadt estudou Filosofia e Teologia nas Universidades de Erfurt (1499) e Colônia (1503), tornando-se professor de Teologia em Wittenberg (1505-1522) onde também foi chanceler (1511). De sua leitura de temas tomistas, fundamentou uma teologia sobre o batismo. Lutero recebeu seu diploma de doutorado em 1512 das mãos de Karlstadt em Wittenberg.

²⁰ Cf. MARTINA, G. **História da igreja de Lutero a nossos dias**. Oc. p. 125.

²¹ BÍBLIA DE JERUSALÉM, 8 ed. São Paulo: Paulus. Romanos 1, 17.

método diferenciado de estudo escolástico. No primeiro capítulo da obra, está o centro de seu argumento: a justificação é alcançada pela fé. Segundo Lutero, “o homem deve orar a Deus para produzir fé em si mesmo, caso contrário ele será eternamente privado disso mesmo que invente ou faça o que quiser ou possa²²”.

Lutero parte de uma reflexão da Escritura por meio do uso do termo *justiça*. Ora, esta não se refere à intervenção divina pela qual os justos seriam premiados por sua perseverança e os pecadores punidos por sua infidelidade. Fala-se, entretanto, do ato com o qual o Senhor cobre os pecados de todos os que se entregam a Ele mediante a fé²³:

[...], a justiça é tal fé e é chamada justiça de Deus ou vale diante de Deus, porque é um dom de Deus e faz com que o homem dê a cada um o que deve. Pois pela fé ele se torna homem livre do pecado e cumpre os mandamentos de Deus. Com isso, ele dá a Deus a honra que ele merece e lhe paga o que ele deve. Mas o homem serve voluntariamente com o que pode e também paga com isso para qualquer um. Tal justiça não pode ser realizada por natureza, pelo livre arbítrio e por nossas forças. Pois, como nenhum homem pode se dar fé, tampouco pode tirar a incredulidade²⁴.

Lutero admite ter descoberto o novo sentido para a expressão “justiça de Deus” que, em outras palavras, significa que Deus viria satisfazer todas as exigências necessárias de maneira gratuita, ou seja, a graça é concedida a todos aqueles que precisam para serem justificados.

Lutero deixa clara a verdadeira mensagem do escrito paulino no comentário feito sobre a Carta aos Romanos:

Pois a justiça de Deus é a causa da salvação. E, como com o “poder” de Deus, também com a “justiça” de Deus não deve ser entendida em virtude da qual ele é justo em si mesmo, mas a justiça pela qual somos feitos justos por Deus. E que “ser feito justo” ocorre através da fé no evangelho²⁵.

O texto paulino reporta-se não a uma justiça vingativa, mas da justiça salvífica concedida ao pecador, ou seja, a graça utilizada por Deus para santificar a todos os homens. Ora, sendo com fé de origem e finalidade teocêntricas, ela não pode se dirigir a muitos objetos, mas unicamente a Deus. Com efeito, leva-se a admitir que seja unicamente pelo privilégio dado à fé da pessoa que, mediante a graça, ela pode ser justificada. Com isso, estava posto em xeque a salvação obtida por meio das obras, bem como o

²² LUTERO, M. **Comentários de Martin Lutero**. Oc. p. 15.

²³ Cf. MARTINA, G. **História da igreja de Lutero a nossos dias**. Oc. p. 125.

²⁴ LUTERO, M. **Comentários de Martin Lutero**. Oc. p. 43.

²⁵ *Idem*.

comércio de indulgências e, por conseguinte, o privilégio dos homens incorporados à sucessão apostólica. Este veio a ser o verniz teológico aceitável²⁶ para a revolução religiosa da qual a Alemanha do século XVI aguardava por estopim.

Com esse argumento, Lutero aliviava de si e de muitas pessoas de sua época o peso, o temor e a incerteza de não agradar a Deus com as obras que eram exigidas pelo sistema clerical²⁷. Por outro lado, é notório o valor dado a um só momento específico do processo gradual de experiência de fé. Observa-se que Lutero, ao traduzir este versículo de Paulo aos Romanos, acrescenta a palavra *somente*²⁸. Segundo o teólogo luterano Joaquim Jeremias, as críticas feitas quanto ao acréscimo deste termo são infundadas, pois, do ponto de vista linguístico, a supressão deste vocábulo é característico do aspecto judaico das cartas paulinas²⁹. Isso porque, na língua semita, este tipo de palavra é geralmente omitido, mesmo quando para a cultura ocidental ela estabeleça a diferença.

O conceito de justiça salvífica assume um aspecto importante no seu sistema teológico, ainda que não seja de sua total originalidade, haja vista a arbitrariedade divina proposta por Guilherme de Ockham. Segundo Giacomo Martina, é

[...] “um avanço para a religiosidade da época negar de modo unilateral qualquer necessidade por parte do homem de se dispor à graça com sua livre cooperação ao reconhecer na graça não apenas um dom absolutamente gratuito, mas também totalmente independente de qualquer cooperação do homem³⁰”.

Em resumo, Lutero encontra um meio que soluciona não somente a ansiedade pessoal, mas que enseja uma nova ordem de ideias na qual era suficiente abandonar-se à graça salvadora de Deus e, crendo nisso, ter conhecimento e sentir-se salvo.

Joaquim Jeremias questiona se a doutrina da justificação tem origem unicamente em Paulo. Para o autor, com suporte numa análise dos termos, não houve traços anteriores na tradição judaica sobre uma justificação do ímpio obtida unicamente pela fé. No caso de passagens de salmos do Manual de Disciplina, um dos manuscritos de Qumran no qual o termo

²⁶ Cf. BURNS, E. M. **História da Civilização Ocidental**. Oc. p. 569.

²⁷ Cf. SILVA, J. V. *Sola fide*. Temporalidades: **Revista de História**, 22 e, v. 8, n.3, 2016. p. 381.

²⁸ *Allein durch den Glauben*.

²⁹ Cf. JEREMIAS, J. **A mensagem central do Novo Testamento**. São Paulo: Academia Cristã, 2005. p. 72.

³⁰ MARTINA, G. **História da igreja de Lutero a nossos dias**. Oc. p. 125.

justificação, se encontra, não atesta, segundo o autor, a doutrina da justificação *sola gratia*:

Um exame atento das palavras usadas [...] evidencia que este termo significa o julgamento de graça de Deus sobre o caminho da vida daquele que ora. Este julgamento é eficaz no fato de que Deus permite a quem ora “aproximar-se”, tornando-lhe assim possível uma “conduta incensurável” em perfeita conformidade com a Torá, conduta que o homem não é capaz de levar a bom termo em si mesmo³¹.

Neste caso, a intenção do manuscrito de Qumran é apresentar uma justificação por meio da vivência da Lei. Seria a prática dos preceitos divinos que justificam o homem diante de Deus, ou seja, sua predestinação está pela via paciente obediência ao Torá.

Caso semelhante ocorre na passagem do livro de Habacuc, que é a referência-chave para a doutrina da justificação: “Eis inflado de orgulho aquele cuja alma não é reta, mas o justo viverá por sua fidelidade³²”. Nesse trecho, o autor sagrado exprime o conteúdo de uma visão na qual a fidelidade a Deus, ou seja, à sua palavra e à sua vontade, caracteriza o justo e lhe garante a vida. O ímpio, ao contrário, falta com essa retidão, agindo de maneira orgulhosa e prepotente. No contexto da história de Israel, trata-se do caldeu (ímpio) e de Judá (justo). Segundo a mesma pesquisa, “Paulo entende Habacuc de modo totalmente diverso: Deus concede a vida ao ímpio que renuncia a toda obra própria e crê Jesus Cristo³³”.

A intenção de Joaquim Jeremias é tentar provar que Paulo retirou não do Antigo Testamento, mas de Jesus Cristo os argumentos necessários para comprovar a justificação pela fé. Esse estudo, todavia, é motivo da divergência entre pesquisadores, mas, para a época de Lutero, foi o fator imprescindível para dispensar quaisquer outros meios para o homem obter a salvação.

5 Conclusão

Diante dos fatos expressos neste ensaio, pode-se constatar uma ordem de ideias que determinaram de modo significativo a Reforma Protestante liderada por Martinho Lutero. Observa-se uma proporção direta entre o aumento do desprestígio da Instituição Católica e a desconfiança dos fiéis acerca de sua correspondência entre céu e terra.

³¹ JEREMIAS, J. **A mensagem central do Novo Testamento**. Oc. p. 86.

³² BÍBLIA DE JERUSALÉM. Oc. Hab 2,4.

³³ JEREMIAS, J. **A mensagem central do Novo Testamento**. Oc. p. 87.

As questões subjacentes à intervenção canônica da Igreja mediante as realidades celestes, como o primado petrino, os interditos provenientes de sua doutrina, a canonização dos santos e o valor agregado às suas relíquias, foram as prerrogativas postas em questão entre os teólogos que antecederam as reformas europeias. Visto desta maneira, não é difícil admitir que uma das causas principais para a Reforma foi justamente o comércio de indulgências, uma vez que é resultado da interação sobrenatural da Igreja e, sendo justificável para a salvação pessoal, passa a ser comercializada na terra de modo abusivo. Martinho Lutero, mediante este lucrativo comércio divino, faz recomendações com base no Comentário da Carta aos Romanos em que exprime o correto modo para obter a salvação. A justificação pela fé foi o resultado da leitura de Lutero como o meio único de o homem se manter justo diante de Deus mediante da fé.

Lutero representa para a Alemanha uma importante personagem na constituição de sua identidade, permitindo a comunidade luterana fazer uma semelhança entre a índole de Paulo e Lutero. No primeiro caso, o Apóstolo, que antes era fariseu, foi fiel praticante dos preceitos judaicos, mas após seu encontro pessoal com Cristo, passou a questionar a maneira como a Lei era aplicada de maneira escrupulosa por parte de membros de seu grupo, distanciando-se daquilo que de fato a torna essencial. No outro caso, o reformador antes era pertencente a uma das ordens eclesiásticas que muito devotou apologistas para a fé católica, mas, após uma experiência iluminadora feita pela exegética das Escrituras, passou a denunciar as atitudes irregulares da Igreja da época que descumpriam a tradição apostólica da qual era detentora, não priorizando a fé como essencial para o seguimento de Jesus Cristo.

A reflexão feita deste decisivo momento histórico pode ser definido como resposta pastoral. Ora, o testemunho dado por Paulo, apóstolo, coloca como regra de fé o poder que a Palavra anunciada tem de constituir comunidade. Lutero congregou o território alemão, até então sem unidade política, desde sua relevância dada à pregação das Sagradas Escrituras, bem como a sua aproximação dos fiéis dos textos sagrados. Por esse motivo, a identidade do povo germânico devota a Lutero a expressividade que faltava para unir sua nação. Logo, a estratégia inicial para o líder religioso formar comunidade de fé não está na edificação de templos ou no comércio de bens espirituais, mas na partilha da palavra feita entre seus membros e a ação efetiva proporcionada com apoio nela.

Referências Bibliográficas

- BÍBLIA DE JERUSALÉM, 8 ed. São Paulo: Paulus, 2015.
- BURNS, E. M. **História da Civilização Ocidental**: Do Homem das Cavernas até a Bomba Atômica. 2e. 1v. Porto Alegre/SC: Globo, 1957.
- CLEMENTE VI. Unigenitus Dei Filius In DENZINGER, H. **Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral**. 2 ed. São Paulo/SP: Paulinas; Loyola, 2013.
- JEREMIAS, J. **A mensagem central do Novo Testamento**. São Paulo: Academia Cristã, 2005.
- LAU, Franz. A afixação das teses de Lutero: Lenda ou fato? In **Estudos Teológicos**, São Leopoldo: 1967.
- LE GOFF, Jacques. **O nascimento do Purgatório**. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- LUTERO, M. *As 95 Teses afixadas por Martinho Lutero na Abadia de Westminster a 31 de outubro de 1517*, fundamentalmente “Contra o Comércio das Indulgências”. **Cultura Brasileira**. Disponível em <<http://www.culturabrasil.org/zip/95teses.pdf>> Acesso em 28 ago 2017.
- _____. **Comentarios de Martin Lutero**: Carta del Apóstol Pablo a los Romanos.1v. Terrassa: Clie, 1998.
- MARTINA, G. **História da igreja de Lutero a nossos dias**. 1v. São Paulo/SP: Loyola, 1995.
- NEVES, J. C. **Lutero**: Palavra e Fé. Lisboa: Presença, 2014.
- ROPS, D. **A Igreja da Renascença e da Reforma**. 1v. São Paulo/SP: Quadrante,1960.

SCHMITT, F. *Interpretação Bíblica e Lutero* In **Revista de Teologia e Ciências da Religião**. 3v. n1. 2013.

SILVA, J. V. Sola fide. **Temporalidades**: Revista de História, 22 e, v. 8, n.3, 2016.

**Prof. Dr. Jan Gerard Joseph ter Reegen*

Professor emérito da Universidade Estadual do Ceará - UECE.
Professor titular do curso de Filosofia da Faculdade Católica de Fortaleza - FCF.
Doutor em Filosofia Medieval pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Docente livre em Filosofia Antiga pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Contato: jan.gjtr@gmail.com

***Prof. Esp. Joaquim Fernando Pontes III*

Especialista em Filosofia da Religião pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA.
Aluno do curso de Teologia da Faculdade Católica de Fortaleza - FCF.
Contato: jfernandop3@gmail.com